



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 44

QUARTA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	2081
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	2086
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	2088
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	2106
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	2122
EDITAIS E AVISOS.....	2122

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

#### DISTRIBUIÇÃO

DECIMA QUARTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 1 DE MARÇO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO NERI DA SILVEIRA (ART. 66 PISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

SE 0004504-1/240 DF  
REQTE : HUBERT CLAUDE JOSEPH EMILE DE LA FONTAINE  
ADV. : MAGDA M. ANTUNES BESSA E OUTROS  
REQDO : GINETTE FRANCOISE PERRET  
REGISTRADO

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	1			1
TOTAL	1			1

Brasília, 01 de março de 1991

JOSÉ ALFREDO MARTINEZ DA SILVA  
Diretor do Departamento Judiciário

MINISTRO NERI DA SILVEIRA  
Presidente

### Plenário

#### Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 06 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimen to Interno, para julgamento, a partir da próxima sessão, contendo os seguintes processos:

IF 102-1 - PA

Rel.: Min. José Néri da Silveira. Reqtes.: Partido Socialista Brasileiro e Deputado Ademir Andrade (Adv.: Roberto Amaral). Reqdo.: Estado do Pará.

IF 103-0 - PR

Rel.: Min. José Néri da Silveira. Reqte.: Solidor Industrial Ltda. (Adv.: Edson Vieira Abdala). Reqdo.: Estado do Paraná.

IF 114-5 - DF

Rel.: Min. José Néri da Silveira. Reqte.: Procurador-Geral da República. Reqdo.: Estado de Mato Grosso.

Brasília, 04 de março de 1991

ALBERTO VERONESE AGUIAR  
Secretário

### Departamento Judiciário

#### Despachos

##### PROCESSOS DIVERSOS

ADIN. 319-4/600(\*)

Reqte.: Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN (Adv.: Auro Vidigal de Oliveira). Reqdos.: Presidente da República e Congresso Nacional.

DESPACHO: Declaro-me habilitado a votar. Solicito o pregão do processo.  
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 1990.

Ministro MARCO AURÉLIO

(\*) - Republicado por ter saído com incorreção, do original, no D.J.de 04/03/91.

AR nº 1.332-8 - SP (Impugnação ao valor da causa)

Impugnantes: MENCAL-Administração de Bens e Empreendimentos Ltda. e outra (Adv.: Antônio Celso Di Munno Corrêa e outro) Impugnados: Roberto Correale e cônjuge (Adv.: José Eduard do Rangel de Alckmin e outros)

DESPACHO: Impugnando o valor atribuído à causa, alegam as rés (f. 2-3):

"Os Autores atualizaram o valor da causa, na razão de mil vezes, para atingir os Cr\$ 31.500,00 consignados, como moeda atual, na inicial de fls.

Entretanto, a atualização procedida pelos Autores não corresponde à desvalorização da moeda, segundo os índices oficiais indicadores da inflação ocorrida no interregno.

Computada a variação das ORTNs, e posteriormente das OTNs e ainda posteriormente dos BTNs, que indicam tais índices, o valor corrigido no mês de abril do corrente ano, quando intentada a ação, é de Cr\$ 17.822.717,00 (dezessete milhões, oitocentos e vinte e dois mil e setecentos e dezessete cruzeiros), na moeda atual".

2. Requerem que, acolhida a impugnação, sejam os Autores intimados para proceder à complementação do depósito inicial, com atualização monetária entre a data da inicial e a efetiva realização do depósito complementar.

3. Manifestaram-se os autores pela "manutenção do valor dado à causa, devidamente atualizado no que concerne ao padrão monetário vigente", invocando precedente do S.T.F. no sentido de que "o valor a ser considerado na ação rescisória é o que foi atribuído à ação cujo acórdão se procura rescindir (AR 1.178, DJ 18.11.85)".

4. Decido.

5. Têm razão os impugnantes.

6. Ao decidir questão de ordem na AR 1.176, em 21.2.90, assentou o Plenário do Tribunal que o valor da ação rescisória é, sim, "o mesmo da ação em que proferido o julgado rescindendo, porém, "monetariamente corrigido".



7. Acentuou, na ocasião, o em. Ministro Paulo Brossard, relator:

"A jurisprudência desta Corte entende que o valor da causa na ação rescisória é, de regra, o da ação ouja sentença se pretende rescindir (RE 90.885 - RS, rel. Min. CUNHA PEIXOTO - RTJ 103/202; AR 1.112 (AgRg) - SP, rel. Min. ALFREDO BUZAID - RTJ 105/482, etc).

Curvo-me a essa jurisprudência e, entendo que ambas as causas devem ter o mesmo valor.

No entanto, parece-me que esta igualdade não pode ser estabelecida em termos absolutos, pois as duas grandezas não mais se equivalem em decorrência da notória perda do poder aquisitivo da moeda. (...) Em outras palavras, estabelecer o mesmo valor absoluto às duas causas, equivaleria a atribuir à rescisória um valor muitas vezes menor que o da primitiva ação.

Se não houvesse sensível perda de valor da moeda, se não houvesse acentuada inflação, não teria dúvidas em admitir o mesmo valor absoluto para as duas causas, pois haveria equivalência entre elas.

Por estas razões concluo que o valor da causa inicial deve ser corrigido monetariamente a fim de que o valor atribuído à rescisória expresse efetivamente o valor dado à inicial. Não fora assim e o "mesmo" valor não seria o mesmo, mas uma sombra apagada dele".

8. Portanto, julgo procedente a impugnação para fixar o valor da ação rescisória na quantia que corresponder à correção monetária do valor da causa originária.

9. Providenciem os autores a complementação do depósito e, se for o caso, das custas, no prazo de quinze dias, à vista do cálculo atualizado da Secretaria.

Brasília, 10 de dezembro de 1990.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE  
Relator

"Em consequência ficam os impugnados intimados a providenciarem a complementação do depósito, tendo em vista a juntada aos autos do cálculos do Auditor."

\*Republicado por ter saído com incorreção no DJ 18/02/91.

RvCr nº 4.960-2/230 - DF

Repte.: José Aglaídes de Barros Feitosa - Recdo.:  
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Despacho: Cuida-se de pedido de revisão criminal formulado pelo próprio requerente, que objetiva o reexame de acórdãos proferidos pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Dessas decisões proferidas pelo Tribunal local, não houve interposição de recurso ao Supremo Tribunal Federal - o que é confirmado pela Secretaria desta Corte (fls. 74).



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR  
Fax: (061) 226-2046  
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I  
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES  
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
Telefone: (061) 226-2586  
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

A competência do Supremo Tribunal Federal, em sede revisória, é de direito estrito. Decorre da Constituição, que a restringe, tão-somente, no âmbito desta Corte, ao processo e julgamento das revisões criminais de seus próprios julgados (art. 102, I, j).

Em face da manifesta incompetência do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento à presente revisão criminal (Lei n. 8.038/90, art. 38).

Publique-se e arquivem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 1991.

Ministro CELSO DE MELLO  
Relator

REVISÃO CRIMINAL  
RVCR NR. 4963-7/230 - DF  
DISTRIBUIDO 26/02/91 RELATOR MIN. MARCO AURELIO

REOTE ALEXANDRE FERNANDES  
RECDO JUIZ DE DIREITO DA 28ª. VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO PAULO

Despacho: 1. Frente à informação de fls. 263 e ao objeto da medida intentada, bem como da natureza desta - Revisão Criminal da decisão de Juízo - 28ª Vara Criminal-SP, remetam-se os presentes autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

2. Publique-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 1991.

Ministro MARCO AURELIO  
Relator

SE 4.357-2 - DF

Repte: Procuradoria-Geral da República representando Ne reida Tuesta Asenjo, por sua filha Nedja Nogueira Pinheiro Conceição. Recdo: Joelivan Pinheiro Conceição.

Despacho: Nomeio Curador Especial o Dr. Ruy Carlos de Barros Monteiro a quem se dará vista dos autos pelo prazo de 15 dias.

Brasília, 25 de fevereiro de 1991.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Presidente

"Em consequência fica aberta vista dos autos ao advogado do supracitado."

SE 4.390-4 - DF

Repte: Procuradoria Geral da República rep. Giacinta Maria Sparti, por seus netos Giovanna Reanda e Massimiliano Reanda. Recdo: Giancarlo Reanda.

Despacho: Nomeio Curador Especial a Dra. Marisa Schützer Del Nero Poletti a quem se dará vista dos autos pelo prazo de 15 dias.

Brasília, 25 de fevereiro de 1991.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Presidente

"Em consequência fica aberta vista dos autos à advogada supracitada."

SENTENÇA ESTRANGEIRA  
SE NR. 4407-2/240 - DF  
REGISTRADO 25/06/90 PRESIDENTE MINISTRO PRESIDENTE

REOTE LORETTA MARIA FRANCISCA MONTENEGRO LOPES DA CRUZ  
ADV. MARCOS GERALDO TEIXEIRA SANTANA  
RECDO ANTONIO CARLOS PARIZI NEGRÃO

Despacho: Nomeio Curador Especial o Dr. Henrique Neves da Silva a quem se dará vista dos autos pelo prazo de 15 dias.

Brasília, 25 de fevereiro de 1991.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Presidente

"Em consequência fica aberta vista dos autos ao advogado do supracitado."

SENTENÇA ESTRANGEIRA  
SE NR. 4425-1/240 - DF  
REGISTRADO 16/08/90 MINISTRO PRESIDENTE

REOTE VLADIMIR CEKR  
ADV. JAIR DE ALMEIDA  
RECDO BRITA KAROLINA CEKR

Despacho: Nomeio Curador Especial o Dr. Carlos Robichez Penna a quem se dará vista dos autos pelo prazo de 15 dias.

Brasília, 25 de fevereiro de 1991.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Presidente

"Em consequência fica aberta vista dos autos ao advogado supracitado."



Inafastáveis os aspectos fático-probatórios enfocados, não cabendo o seu reexame neste grau de recurso, a teor do Enunciado nº 126 da Súmula deste TST.  
Com apoio no § 5º, parte final, do art. 896 da CLT, denego seguimento ao recurso.  
Publique-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 1991.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-19138/90.1  
RECORRENTE: JOSIAS ROSA DA SILVA  
ADVOGADO: DR. RUBENS DE MENDONÇA  
RECORRIDO: BANCO DO BRASIL S/A  
ADVOGADO: DR. ANTONIO BALSALOBRE LEIVA  
D E S P A C H O

Inconformada com a r. decisão regional que negou provimento ao seu recurso ordinário, interpõe o reclamante o presente recurso de revista onde propugna a reforma daquele julgado.

A revista todavia não prospera por conter óbice intransponível ao seu conhecimento. O apelo foi interposto a destempo, pois publicado o acórdão regional em 25/9/90, terça-feira (fls. 464 v.), o prazo recursal findou em 03/10/90, enquanto o recurso foi somente protocolizado em 04/10/90 (fls. 466).

Assim, intempestivo o recurso, nego-lhe seguimento, na forma do § 5º, do art. 896 da CLT.  
Publique-se.

Brasília, 01 de março de 1991.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-19155/90.5  
RECORRENTE: PRODUTOS ELETRÔNICOS FRATA LTDA  
ADVOGADO: DR. LUIZ SALEM VARELLA  
RECORRIDO: LUIZ CARLOS CERCHIARI  
ADVOGADO: DR. REINALDO TOLEDO  
D E S P A C H O

Inconformado com a r. decisão Regional, interpõe a reclamada o presente recurso de revista onde propugna a reforma daquele julgado.

A revista todavia não prospera por conter óbice intransponível ao seu conhecimento. Conforme se observa, o apelo foi interposto em 19/09/90 em plena vigência da Lei 7701/88, que alterou o depósito recursal na via extraordinária para 40 valores de referência e como a reclamada não efetuou qualquer depósito a título de complementação, restou deserto o recurso ante ao que determina o dispositivo legal supra citado como também a orientação contida na resolução administrativa nº 42 deste Colendo TST.

Isto posto, com apoio no § 5º do art. 896 da CLT, nego seguimento à revista porque manifestamente deserta.  
Publique-se.

Brasília, 01 de março de 1991.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-19246/90.4 - 13ª Região  
RECORRENTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS - COBAL  
ADVOGADA: Dra. MARIA A. R. DE CARVALHO A. COSTA  
RECORRIDO: EUGÊNIO PACELLI CORDEIRO GARRIDO  
ADVOGADO: Dr. ANTONIO PINTO SOBRINHO  
D E S P A C H O

O Egrégio 13ª Regional deu provimento ao recurso ordinário do reclamante para julgar procedente a reclamação, trazendo o v. acórdão prolatado a seguinte ementa, verbis:

"DIREITO ADQUIRIDO - A revogação de uma norma que integrou os contratos de trabalho não tem força para suprimir o direito adquirido" (fl. 113).

Irresignada, interpõe recurso de revista a reclamada, fundamentado na alínea a, do art. 896, da CLT.

A divergência jurisprudencial trazida à colação não se presta à configuração do dissenso pretoriano, de modo a ensejar o apelo. O primeiro aresto, de fl. 118, não aborda os fundamentos da decisão recorrida, eis que trata da hipótese de não comprovação da existência de norma interna concessiva da estabilidade, enquanto esta se reporta expressamente à norma específica, que se refere a razões outras, não abordadas pelo Egrégio Regional. Finalmente, o de fl. 119 apresenta-se, também, inserível, porque oriundo de Turma deste Colendo Tribunal.

Por último, a revista esbarra no Enunciado 51, eis que a decisão está consoante com o seu conteúdo.

Faça ao exposto, e com supedâneo nos Enunciados 51 e 296, nego seguimento ao recurso, nos termos da alínea a, in fine, do art. 896 da CLT.

Publique-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-19653/90.6  
RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE LONDRINA  
ADVOGADO: DR. GERALDO ROBERTO C. VAZ DA SILVA  
RECORRIDO: BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A  
ADVOGADA: DRª. MÔNICA BEATRIZ GUERRA

# D E S P A C H O

O recurso de revista foi interposto pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Londrina, na qualidade de substituto processual, e subscrito pelo Dr. Geraldo Roberto Correa Vaz da Silva.

A procuração de fl. 09 não contém reconhecimento de firma do outorgante por isso que o substabelecimento de fl. 136 não confere ao subscritor do apelo regulares poderes para tal.

Por isso que verificada a irregularidade de representação, inexistente é o recurso de revista conforme entendimento consubstanciado no Enunciado nº 164 da Súmula deste TST.

Com fundamento no § 5º, parte final, do art. 896, da CLT, de nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 1991.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

PROCESSO Nº TST-RR-19751/90.6  
RECORRENTES: MAURÍLIO RODRIGUES DE OLIVEIRA E OUTROS  
ADVOGADO: DR. CARLOS ARNALDO FERREIRA DA SILVA  
RECORRIDO: CIA ELETROMECAÂNICA CELMA  
ADVOGADO: DR. ISMAR BRITO ALENCAR  
D E S P A C H O

O TRT da 1ª Região deu provimento ao recurso ordinário da reclamada para julgar improcedente a reclamação resumindo seu entendimento na seguinte ementa:

"Determinando o Decreto-Lei 2335, de 12 de junho de 1987, publicado a 13, congelamento de salários e não de monstrado que, até a data de sua vigência, a variação acumulada do IPC tivesse alcançado os 20% do artigo 1º do Decreto-Lei 2302/86, de ter por improcedente a pretensão de ver reajustados nessa proporção os salários devidos em julho". (fl. 96).

Inconformados os autores interpuseram recurso de revista dizendo que quando entrou em vigor o Decreto-Lei 2335/87 já havia se implementado as condições para a concessão do reajuste de 26,06%, sendo que a supressão da variação do IPC acarreta lesão ao direito do trabalhador e aos princípios básicos do direito adquirido e da irretroatividade das leis. Aponta violência ao Decreto-Lei 2335/87 e colaciona julgados ao confronto.

Contra-razões apresentadas pela reclamada. (fls. 111/116).

En que pesem as razões esposadas na revista dos autores tem-se que a matéria como analisada pelo Regional, não comporta violência à literalidade do Decreto-Lei 2335/87. Discute-se, na realidade, a forma e oportunidade da respectiva aplicação e não o seu texto.

Os arestos paradigmáticos igualmente não justificam o recurso porque não estão devidamente autenticados.

Por conseguinte, o recurso esbarra nos Enunciados 221 e 38 da Súmula desta Corte.

Com fundamento no art. 896, § 5º, da CLT, denego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 1991.

MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA  
Relator

## Quinta Turma

Processo nº TST-RR-19.163/90.3

Recorrente: ANTONIO BENTO DE FREITAS  
Advogado: Dr. Ivo Harry Celli Junior  
Recorrida: FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ - FASPAR.  
Advogado: Dr. Almir Moreira

# D E S P A C H O

O 9º Regional conheceu e deu provimento ao recurso ex officio da Fundação de Ação Social do Paraná para determinar a dedução das verbas já pagas a título de adicional noturno, bem como a incidência do adicional de 125% somente sobre as horas laboradas após a oitava hora durante os repousos remunerados (fls. 145-50).

Embargos Declaratórios do obreiro alegando contradição com relação ao enquadramento da reclamada no art. 1º, V do Decreto-lei nº 779/69, visto que este refere-se a entidades de direito público que não exploram atividade econômica, sendo que a personalidade jurídica da empregadora é de direito privado. Todavia, os declaratórios foram rejeitados sobre o seguinte fundamento:

"A alegação do embargante restringe-se a aventada contradição existente entre o conhecimento da remessa ex officio e o disposto pelo Decreto-lei nº 779/69 e não quanto à forma em que foi redigido o julgado, o que deixa evidente o caráter eminentemente intelectual da discussão, sendo que os embargos de declaração não se prestam a este intento." (fl. 157)

Inconformado com as decisões proferidas, recorre de revista o obreiro, reafirmando a tese que a reclamada não faz jus as prerrogativas do Decreto-lei nº 779/69 por gozar de personalidade jurídica de direito privado, estando amparada pela Lei nº 3.071 de 01 de janeiro de 1916, artigo 16. Traz arestos demonstrativos de divergência jurisprudencial (fls. 159-62).

Dessarte, o apelo não merece prosseguir ante o óbice intransponível do Enunciado nº 297 deste Colendo TST, pois, apesar da interposição dos embargos declaratórios, o v. Acórdão Regional não esposou tese acerca da personalidade jurídica da reclamada, o que impossibilita o confronto jurisprudencial. Deveria ter o Recorrente embasado seu apelo em ofensa legal por negativa da prestação jurisdicional em vez de discutir o mérito.



Face o exposto, nego seguimento ao recurso de revista obreiro com supedâneo no Enunciado supracitado e no art. 896, § 5º da CLT.  
 Publique-se.  
 Brasília, 04 de março de 1991.

MINISTRO ANTONIO AMARAL  
 Relator

## Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

### Pauta de Julgamentos

#### PAUTA Nº 17 - PROCESSOS POSTOS EM MESA

- APELAÇÃO nº 44.232-4 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Aldo da Silva Fagundes. Adv Dr Jorge Antonio Siufi.
- APELAÇÃO nº 45.966-9 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles. Advs Drs Alfredo Antonio Guarischi.
- APELAÇÃO nº 46.267-0 - Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Aldo da Silva Fagundes. Adv Dr João Thomas Luchsinger.

## AVISO

A Imprensa Nacional  
 possui espaços próprios para eventos culturais  
 Os interessados poderão procurar maiores esclarecimentos  
 pelo fone: 321-5566 — R.: 208 e 124.  
 ou no SIG — Quadra 6 — Lote 800 — CEP 70.604 — Brasília — DF

## Editais e Avisos

Supremo Tribunal Federal

Presidência

#### SENTENÇA ESTRANGEIRA Nº 4.500-1/240 - REPÚBLICA PORTUGUESA

EDITAL, com o prazo de trinta (30) dias, para CITAÇÃO da requerida CLARINDA MARIA ROCHA DOS SANTOS SOUSA, em solteira CLARINDA MARIA ROCHA DOS SANTOS, que se encontra em lugar incerto e não sabido, na forma abaixo:

O MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,

**FAZ SABER**

aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que Manuel Fernando Oliveira de Sousa, residente à Rua São Clemente, nº 398, apt. 1.605, Rio de Janeiro - RJ, requereu a homologação da sentença proferida pelo 2º Juízo do Tribunal de Família da Comarca do Porto, 3ª Seção - Portugal, que decretou, mediante divórcio por mútuo consentimento, a dissolução de seu casamento com a requerida.  
 Deferida a citação edital, pelo despacho de 14.02.1991, fica, pelo presente, citada a requerida para, no decorrer do prazo regimental de quinze (15) dias, depois de findo o acima fixado, apresentar, querendo, a contestação cabível que tiver e acompanhar os demais termos do processo, até final execução.  
 Secretária do Supremo Tribunal Federal, em 19 de fevereiro de 1991. Eu, Myrthes S. Almeida, Supervisora, extraí o presente. Eu, Maria Cecília Gueiros de Barros Barreto, Diretora da Divisão de Publicações e Intimações, conferi. E eu, Maurício Maranhão Aguiar, Diretor-Geral da Secretaria deste Tribunal, o subscrevo. Ministro Néri da Silveira, Presidente - STF.

(Nº 3D0889 - 04/03/91 - Cr\$ 4.390,00)

## EDITORAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS

248 páginas  
 Cr\$ 90,00



ab  
 df  
 associação dos bibliotecários  
 Comissão de Publicações Oficiais  
 Departamento de Imprensa Nacional

Brasília-1987

## EDITORAÇÃO DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Publicação elaborada pela Subcomissão de Política Editorial e Normalização da Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras e co-editado pela Imprensa Nacional e Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal contendo informações e regras básicas sobre editoração de publicações oficiais.

As aquisições poderão ser feitas diretamente na Seção de Vendas ou mediante envio de cheque nominal à Imprensa Nacional, acompanhado de esclarecimentos. Em caso de Órgão Público, mediante cópia da Nota de Empenho.

Maiores informações — End.: SIG Quadra 06 — Lote 800 — CEP: 70604. Fones: (061) 321-5566 R. 305 e 309 ou (061) 226-2586; 226-6812.